



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 19 - Nº 355 - DE 21 DE MARÇO A 06 DE ABRIL DE 2007 - R\$ 2,00

**A crise econômica
será descarregada
sobre os trabalhadores.
Responder com o
programa proletário!**



**Sindicâncias contra estudantes na USP e PUC
Responder à repressão com mobilização**

**Abaixo a privatização da CESP!
Chega de entreguismo! Vendilhão Serra dá ao capital
estrangeiro um patrimônio de São Paulo**



**É o imperialismo norte-americano que está
por trás do ataque da Colômbia às Farc.
Responder com a luta antiimperialista!**

**Bolívia: às massas não interessa estatutos fascistas
nem constituições reformistas burguesas masistas!**

Novos tremores na economia dos Estados Unidos

Em meados de março, o mercado financeiro novamente estremeceu com a notícia de venda do banco Bear Stearns, o 5º maior banco de investimento norte-americano, para o JP Morgan. O acontecimento provou reação imediata nas Bolsas europeias, que despenaram. O BC americano (FED) interveio usando o mesmo mecanismo: cortes nas taxas de juros e créditos subsidiados de mais de 200 bilhões de dólares, com o objetivo de estancar a crise.

O fato é que a bancarrota iniciada no setor imobiliário, em julho de 2007, tomou grandes proporções e a economia dos EUA iniciou um processo recessivo. A venda do Bear Stearns foi mais um episódio dessa cadeia. Os especuladores exigem providências estatais, para evitar a quebra do sistema financeiro. Uma das alternativas para o Banco Central é assumir o lado podre (as dívidas dos bancos em ruína) e vender a parte “boa” para outro banco. Foi o que ocorreu no caso do Bear Stearns. Mas isso tem um limite para o Estado.

A ação do governo, por meio do FED, é reduzir os impactos sobre a economia de conjunto e evitar que se alastre em grandes proporções para os mercados europeus e asiáticos. Porém, as pesquisas sobre a situação recessiva acabam provocando receio dos bancos de emprestarem e dos capitalistas e da população de se endividarem. O governo quer evitar a queda brusca do consumo norte-americano, porque isso atinge diretamente outras economias, como a da China. A redução das taxas de juros em 0,75% já foi a sexta tentativa do governo, desde o estopim das hipotecas imobiliárias. Também facilitou os financiamentos aos Bancos que estão quebrados. São medidas artificiais de curto fôlego e incapazes de conter a recessão instalada na maior potência.

A crise norte-americana só faz avolumar as contradições insolúveis do capitalismo na sua fase imperialista. O grande volume de capital financeiro, cerca de 150 trilhões de dólares, que não tem correspondência direta com a riqueza produzida (PIB mundial em torno de 50 trilhões de dólares) é a causa do apodrecimento desse sistema econômico. As “saídas” da burguesia não são capazes de erradicar a crise. Queimam-se bilhões de dólares, mas não se extingue a crise, que tem sua raiz mais profunda na contradição entre a potencialidade das forças produtivas e a propriedade privada dos meios de produção e distribuição de riquezas. Por isso, de tempos em tempos, vêm à tona grandes desequilíbrios, bancarrotas de economias, recessão e guerras.

Crise dá sinais no Brasil

A recessão norte-americana tem consequências drásticas para o mundo todo. O Brasil, como país semicolonial, não ficará imune. O governo Lula, a cada vez que as Bolsas caem, sai em defesa da blindagem da economia brasileira, com o ar-



Crise nas Bolsas já afetam commodities brasileiros

gumento das reservas cambiais. Mas as Bolsas de Valores do país estão na dependência da especulação do capital imperialista. A queda de preços das commodities nas Bolsas refletiu imediatamente na Bovespa. A tendência de queda pode se agravar, uma vez que os preços dessas mercadorias, sujeitos a negociações nas Bolsas, não correspondem ao valor real do mercado. As reservas cambiais também dependem das importações dos EUA, China, Europa etc e dos preços das mercadorias, fixadas nas maiores Bolsas do mundo.

A recessão norte-americana corta o ciclo de crescimento das reservas cambiais. O Banco Central brasileiro não tem capacidade para evitar a fuga dos especuladores. A cotação artificial do dólar em relação ao Real, o custo da manutenção das reservas cambiais e as altas taxas de juros fazem crescer o endividamento interno. A demagogia de Lula se esvai conforme prenunciam as tendências recessivas mundiais.

Classe operária deve se posicionar

O fundamental está em que o peso da crise é descarregado sobre as massas. O desemprego, subemprego, arrocho salarial, aumento do custo de vida e destruição dos serviços públicos (saúde, educação, previdência etc) são as consequências. Os capitalistas pressionam seus governos para protegerem os negócios e a lucratividade. As multinacionais e os grandes bancos aproveitam a situação para comprar os que estão quebrados, aumentando a concentração de capital (fonte de novas crises). As massas trabalhadoras, que dependem da venda da força de trabalho para a sobrevivência, são golpeadas. E não há outro meio senão reagir.

O programa da classe operária é de defesa da força de trabalho e de combate ao sistema capitalista apodrecido. Mas há obstáculos que precisam ser eliminados, entre eles as burocracias sindicais. O movimento sindical internacional está sob o controle de Centrais pró-imperialistas, que praticam a conciliação de classe. No Brasil, as maiores Centrais, CUT, Força Sindical, são apoiadoras do governo Lula e submetem os sindicatos à política burguesa. Trabalham contra os interesses dos explorados e atuam em favor do retrocesso político do proletariado. Daí a tarefa da construção das frações revolucionárias nos sindicatos e centrais, dotadas do programa da luta de classe.

Outro agravante: o proletariado não conta com o partido mundial da revolução social. Sem o partido revolucionário não é possível defender o programa da classe operária e construir as frações em seu meio. Eis por que dizemos que o fundamental está na construção do partido operário revolucionário. Única via para pôr fim ao capitalismo e para impor a propriedade coletiva. A decomposição do capitalismo só poderá ser enfrentada por meio da luta antiimperialista e anticapitalista.

A crise política e a disputa eleitoral

Enquanto a oposição burguesa (PSDB e DEM) acirram a crise política através de denúncias, com o claro propósito de desgastar eleitoralmente o governo, a disputa eleitoral prossegue nos bastidores.

Na base governista, negocia-se em São Paulo a renúncia à candidatura de Luiza Erundina (PSB) – que daria seu apoio a Marta Suplicy – em troca do cargo deixado vago por ela: Ministério do Turismo. Para compensar o crescimento desproporcional do PSB no ministério, a Secretaria dos Portos, hoje nas mãos do PSB, seria indicada por Marta. A negociação tem todas as características do fisiologismo burguês.

Na base oposicionista, José Serra e Aécio Neves vão disputando a indicação à presidência em 2010. Aécio já costurou um acordo com o PT para a prefeitura de Belo Horizonte: o candidato será do PSB, mas terá os dois partidos (PSDB e PT) por detrás. Com o ex-governador Tasso Jereissati, negocia uma aliança

com o PSB para 2010. Reivindica uma prévia dentro do partido, contando com a rejeição existente a José Serra. Este não consegue sequer pacificar a disputa em São Paulo: tudo indica que a aliança oposicionista burguesa (PSDB e DEM) lançará dois candidatos à sucessão (Alckmin e Kassab). O que pode levar a um desastre diante de uma Marta que costura a cada dia mais apoios, fundamentados nas concessões do governo federal de Lula.

O PSB de Ciro Gomes negocia com o PT e PSDB de acordo com as conveniências. Ciro pode aceitar uma aliança com Aécio para 2010, mas rejeitaria uma frente com Fernando Henrique ou Serra, seus desafetos.

A crise política se manifesta também na incapacidade das frações burguesas em encontrar um candidato que expresse uma porção significativa dos bandos capitalistas para disputar a presidência. Tudo indica que as próximas eleições municipais servirão de termômetro e balão de ensaio para os rear-

ranjos entre os partidos e candidatos. Apesar de todo lamaçal que foi lançado contra o governo e seus partidos nos últimos anos, o governo Lula ainda conta com amplo apoio popular, graças ao crescimento econômico, aos programas assistenciais e ao controle das organizações sindicais e populares. Tanto é assim que os principais nomes do PSDB, Serra e Aécio, recusam-se a atacar Lula. Preferem contornar o apoio popular sem entrar em choque com Lula, torcendo para que não se aprove uma reforma política que dê a ele a chance do terceiro mandato.

As negociações de bastidores que as frações e candidatos burgueses realizam só ilustram a podridão da democracia burguesa, e como essa podridão envolveu o PT reformista, que antes se dizia ético.

A defesa da independência de classe passa, nas condições atuais, pelo rechaço a todas as candidaturas burguesas e defesa do voto nulo programático.

Abaixo a privatização da CESP!

Chega de entreguismo! Vendilhão Serra dá ao capital estrangeiro um patrimônio de São Paulo

Os trabalhadores e estudantes devem sair às ruas contra a privatização da CESP. Levantar as bandeiras: Não à privatização! Defesa da reestatização de todas as empresas, sob o controle operário!

O entreguista Serra (PSDB) impõe o Programa Estadual de Desestatização (PED), por meio dele privatizará a Companhia Energética de São Paulo (CESP), a Sabesp, o Metrô e a CDHU. Portanto, o leilão da CESP será o carro-chefe da entrega da companhia de abastecimento (água), do transporte (Metrô) e da habitação. Trata-se de uma fábula de recursos do patrimônio público que será repassado ao grande capital nacional e estrangeiro.

A CESP, a terceira maior geradora de energia do Brasil, foi colocada à venda por uma ninharia. Ainda mais: par ir ao leilão, o PSDB gastou 6 bilhões para torná-la atrativa ao capital. A empresa tem 6 usinas hidrelétricas: Ilha Solteira, Porto Primavera, Jupiá, Três Irmãos, Paraiçuna e Jaguari. Todas elas construídas a custo social e ambiental muito alto – alagamentos de cidades, destruição de plantações, expulsão dos ribeirinhos etc.

Serra proibiu que empresas estatais pudessem adquirir a Cesp, a exemplo da Copel (do Paraná). E entregou ao Ci-

tibank a tarefa de organizar o desmonte da Cesp em favor do capital.

O que faz o governador de São Paulo é o que fez Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com a entrega da maioria das estatais brasileiras, entre elas a Vale do Rio Doce. Pouco restou do patrimônio nacional. Lula (PT), por sua vez, dá prosseguimento ao processo de privatização com a venda de malhas ferroviárias e rodoviárias. Perde o Brasil, perde a maioria explorada, que sofre na carne o peso das privatizações (aumento das tarifas, impostos, desemprego). São governos entreguistas.

A luta contra a privatização depende da força da classe operária, dos demais trabalhadores e da juventude. Não basta denunciar a política privatizante de Serra, como têm feito as direções sindicais cutistas e as entidades estudantis. É necessário que a CUT, UNE e sindicatos rompam com os governos que praticam a privatização. Colocar-se pela independência dos organismos dos trabalhadores e dos estudantes frente aos governos e aos partidos entreguistas. O problema

está em que a CUT, a maioria dos sindicatos, UNE e entidades que controlam o movimento da juventude apóiam o governo Lula, que segue a diretriz do grande capital. Não se pode fechar os olhos para o fato de que o governo federal facilita a privatização de Serra.

A vitória dos explorados depende de um amplo movimento social, que paralise as fábricas, as repartições públicas, bancos, escolas etc. O dia 26 de março é dia de combate nas ruas. Derrotar o plano de privatização do governo não pode se restringir a um simples protesto.

A defesa das estatais deve estar combinada com o controle operário. Os governos são entreguistas e se mostram incapazes de proteger o patrimônio público. O programa da classe operária está em choque com os planos privatizantes dos partidos burgueses e de seus governos. E é por meio do método da classe operária, a ação direta, que poderemos derrotá-los.

Combater nas ruas as privatizações!

Pela reestatização das empresas já privatizadas, sob o controle operário!

Requião contra o “interesse nacional”?

As declarações de apoio do governador Roberto Requião ao candidato Fernando Lugo e a participação do secretário de comunicação social do governo do Paraná Airton Piseti na campanha do bispo paraguaio provocaram uma onda de críticas ao governador do Paraná por parte da grande imprensa.

Para os grandes jornais da burguesia, incluindo a Gazeta do Povo de Curitiba, o apoio ao candidato que ameaça rever o tratado de Itaipu o coloca contra os interesses do Estado brasileiro. Critica-se, evidentemente também a coincidência de Lugo e Requião serem simpatizantes de Hugo Chavez.

O presidente paraguaio pediu a intervenção do governo brasileiro contra Requião acusando-o de interferência nos assuntos internos. Ou seja, pediu ao Lula para intervir a favor da candidatura oficialista, pois, se há algo que caracteriza a relação do estado brasileiro com o paraguaio após 1870 é a permanente interferência na gestão do estado.

As críticas ao governador Requião são manifestações das disputas entre setores da burguesia pelos negócios com

os sócios menores do mercosul. Requião representa um setor que busca manter e beneficiar-se dos negócios com os paraguaios, mesmo com aqueles vinculados ao contrabando e outras formas de contravenção. Não foi casual a acusação pública do presidente paraguaio de que Requião participaria do contrabando de soja.

Quanto ao zelo pelo interesse do Estado nacional na questão de Itaipu, manifesta-se o cinismo da burguesia, pois esta nada diz da entrega dos ativos nacionais ao imperialismo, mas faz um barulho imenso por algo que tem pouquíssima chance de acontecer.

O Brasil “compra” do Paraguai (que pelo tratado está proibido de vender a outro) a U\$ 7 o kwh e o revende no sistema eletrobrás a U\$ 70. O tratado de Itaipu estabelece que se for instalado um governo no Paraguai que coloque em risco o funcionamento da usina, o Estado brasileiro pode intervir militarmente. Por outro lado, dado o controle que o partido colorado tem da máquina eleitoral, é praticamente impossível a vitória de qualquer candidato que

não seja o oficial. Até nas internas coloradas, esta máquina impôs a vitória da candidata do presidente, Blanca Ovelar, mesmo tendo sido derrotada nas urnas pelo opositor Castiglioni. E até na remotíssima hipótese do bispo Lugo assumir o governo, certamente estará amarrado pelos tratados internacionais e pelas necessidades de respeito as regras do comércio internacional.

Requião certamente sabe disso e seu alinhamento com Lugo e Chavez é parte de um movimento para continuar disputando posições no comando da máquina do Estado, afagando uma certa base de esquerda que não deixa de lhe apoiar, é o caso de alguns sindicatos e o MST. Filho, neto e tataraneto de quadros da oligarquia paranaense que controla o Estado há mais de 200 anos, Requião se comporta como típico membro das oligarquias que comandam os estados brasileiros, cuida dos próprios interesses, mesmo que isso os leve as vezes a se atritar com outras frações da burguesia. Mas certamente é um eficiente defensor da propriedade privada capitalista.

Explosão da população empobrecida contra a demora nos ônibus

É preciso defender a estatização de todo o sistema, sob controle dos trabalhadores e da população assalariada

No último dia 07 de março, por volta das 8h30min, um ônibus quebrou em meio ao caótico congestionamento no entroncamento das vias Mboi Mirim e Estrada do Guarapiranga, zona sul de São Paulo. Os passageiros revoltados iniciaram um protesto, que logo agrupou mais de mil pessoas, bloqueando completamente o trânsito na região. A Tropa de Choque foi chamada e dispersou a multidão com bombas de efeito moral, gás e cassetetes.

A revolta instintiva da população empobrecida que mora na região e trabalha nas regiões centrais da cidade é resultado do crescimento desenfreado de automóveis na cidade, enquanto o transporte coletivo é cada vez pior. Para garantir os lucros das montadoras, são emplacados 800 veículos por dia na cidade.

Para garantir os lucros dos empresários de ônibus, há cada vez menos unidades circulando, cada vez mais cheias e com intervalos de tempo cada vez maiores.

Os carros que se multiplicam vão parando nas principais avenidas, e começam a utilizar as faixas exclusivas de ônibus, que também acabam parando no congestionamento. Ônibus superlotados impedem muitos de embarcar, que acabam chegando atrasados no serviço e são descontados em seus salários. E ainda sobe o preço das passagens. Está aí o caldo de cultura para os protestos espontâneos.

Caberia às associações de moradores, movimentos populares e sindicatos organizarem um amplo movimento contra essa situação, exigindo a estatização sem indenização de todo o transporte coleti-

vo e seu controle por que nele trabalha ou utiliza. Somente a estatização pode colocar os horários de acordo com as necessidades de quem tem de se deslocar, e não mais de acordo com a necessidade de lucro capitalista. Somente com um transporte coletivo que atenda às necessidades das massas será possível reduzir o uso de automóveis.



Revolta da população: falta organização

Salário mínimo de fome de Lula

No início de 2007, os burocratas da CUT, Força Sindical, CGT, CGTB, NCST e SDS fecharam com o governo federal um pacote de medidas relacionadas ao salário mínimo que valem até 2011. Pelo acordo, o mínimo, que foi para R\$ 380,00 em 2007, seria reajustado em 2008 considerando só a inflação do período mais variação do PIB de 2006. O mesmo ocorrerá em 2009 (valendo o PIB de 2007), em 2010 (valendo o PIB de 2008) e 2011 (valendo o PIB de 2009). A isso, os burocratas dão o nome de “política de valorização do salário mínimo”. Como visto, não há nenhum aumento real de salário.

A negociata feita entre o governo Lula / PT e as burocracias das centrais só podia dar no salário mínimo de fome: R\$ 415,00. Esse valor não permite nem mesmo a aquisição de uma cesta básica para uma família de 4 pessoas (R\$ 678,60). Ou seja, significa um “reajuste” de 9,21% do salário mínimo anterior, quando só a alta no preço dos alimentos foi acima de 20% no ano passado. Isso mostra que o PT, à frente do Estado, age como um perfeito serviçal dos exploradores, mantendo a miséria dos que vivem do seu trabalho e o lucro dos que vivem do trabalho alheio. Os governos estaduais e municipais seguem a mesma linha.

Defender a vida dos trabalhadores com a bandeira do salário mínimo vital

O Partido Operário Revolucionário (POR) rechaça o salário mínimo de R\$ 415,00. Porém, também não se curva aos cálculos de organismos controlados pela burocracia sindical, como o Dieese. Questiona o piso definido por este último. Veja as razões abaixo.

Cálculo do piso do Dieese:

1) Estabelece o Custo Familiar de Alimentação, que é o custo da Cesta Básica Nacional multiplicado por três (família de 2 adultos e 2 crianças, que comem por 1 adulto);

2) Para chegar ao valor da Cesta Básica Nacional utiliza a Tabela de Provisões Básicas, de 1938 (do Governo

Vargas), cuja quantidade e variedade de alimentos são muito precárias (ver ao lado);

3) Estabelece que 35,71% do valor do salário está comprometido com alimentação e o restante (64,29%) deve dar conta do aluguel, vestuário, higiene, educação etc.

Tabela de Provisões Básicas

Alimentos	Quantidade
Carne	6,0 kg
Leite	7,5 l
Feijão	4,5 kg
Arroz	3,0 kg
Farinha	1,5 kg
Batata	6,0 kg
Tomate	9,0 kg
Pão Francês	6,0 kg
Café em pó	600 gr
Banana	90 unid.
Açúcar	3,0 kg
Banha / Óleo	750 gr
Manteiga	750 gr

Em contraposição a esse cálculo, o POR defende o SALÁRIO MÍNIMO VITAL, a ser calculado e aprovado em assembleia dos trabalhadores. Ou seja, defende um salário que, de fato, garanta a vida das massas exploradas e através do método que retira a decisão das mãos da burocracia sindical e seus “técnicos” e coloca nas mãos dos trabalhadores a decisão do valor do salário.

O POR tem a proposta de R\$ 2.750,00 (ver tabela abaixo). Defende ainda a ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE, isto é, o reajuste automático do salário de acordo com a inflação.

Muitos dirão que este valor é absurdo, ainda mais com reajuste automático. Mas, a defesa do salário mínimo vital se contrapõe a defesa de um piso “possível” para os governos e patrões. Essa defesa tem em sua base a idéia de que impossível o trabalhador manter a si e sua família com um salário de fome. O aumento salarial real é a defesa da vida e o combate à mutilação dos explorados.

Trata-se de uma medida que é meio e fim ao mesmo tempo: fim, porque somente ela pode garantir as condições de sobrevivência reais de quem vive do trabalho e meio, porque permite o avanço da luta dos trabalhadores.

Cálculo SALÁRIO MÍNIMO VITAL

Alimentação	R\$ 1.044,22
Habitação	R\$ 606,53
Transporte	R\$ 340,50
Saúde	R\$ 204,50
Educação	R\$ 224,75
Vestuário	R\$ 196,75
Artigos de residência	R\$ 70,25
Despesas pessoas	R\$ 62,50
TOTAL	R\$ 2.750,00

Defender os trabalhadores com a bandeira da escala móvel de horas de trabalho

O desemprego no capitalismo sempre existiu. Faz parte da lógica deste sistema, a existência de um “exército de reserva” de trabalhadores. Entretanto, há um bom tempo, tem se tornado crônico. Ou seja, há uma parcela de trabalhadores, sobretudo jovens, que nunca trabalharam e que nem entrarão no mercado de trabalho. Trata-se de um problema estrutural do capitalismo. A burguesia, para manter seus altos lucros, aumenta a superexploração de alguns e jogam outros na rua. É a barbárie social.

Contrapor-se aos interesses burgueses é voltar-se para às necessidades de sobrevivência dos trabalhadores. Isso implica a defesa de EMPREGO A TODOS, ATRAVÉS DA ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, que é a divisão das horas de trabalho existentes no país entre todos trabalhadores aptos, SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO. Tal medida, também permite o avanço da luta de classes, além de ser a única maneira de eliminação do desemprego e de unidade dos trabalhadores (desempregados e empregados).

Pelo fim das sindicâncias contra estudantes

O movimento estudantil vivenciou no ano passado uma retomada das mobilizações por todo o país, em geral contra as medidas intervencionistas e privatistas dos governos sobre as universidades públicas, e contra a chamada “reengenharia” ou “redesenho” nas universidades privadas.

Nesse quadro, a ocupação da reitoria da USP teve um papel central: ganhou projeção nacional e, como um rastilho de pólvora, desencadeou uma onda de ocupações pelo país.

A ocupação da PUC se deu no final desse movimento. Não conseguiu ganhar força junto ao conjunto dos estudantes da PUC, e por isso concluiu como um movimento da vanguarda combativa.

Apesar das diferenças, tanto na USP como na PUC a burocracia universitária armou sindicâncias contra os estudantes. O objetivo é semelhante: punir os estudantes que se destacaram nesses movimentos para servir de lição ao conjunto dos estudantes de todo o país. Na USP, a reitora descumpriu o acordo que pôs fim à ocupação, e armou uma sindicância que sequer os procedimentos regimentais cumpriu: os estudantes não sabem

nem mesmo do que estão sendo acusados, ou o que se pretende verificar. São chamados um a um para depor, o que mostra a intenção de obter por pressão de uma comissão de burocratas a delação. Esse ataque aos estudantes é um ataque à ocupação.

Na PUC, pretende-se ir mais além de uma suspensão: a burocracia quer expulsar os estudantes combativos identificados com o movimento de ocupação para se ver livre deles e fazê-los exemplo aos demais. A comissão de sindicância é formada por agentes da reitoria, que montou um processo baseado nas delações dos seguranças terceirizados. Os estudantes sequer foram ouvidos.

O movimento estudantil tem de responder à repressão com a mobilização. Formar um comitê contra a repressão e pelo fim das sindicâncias é o primeiro passo. Trabalhar para construir uma frente única de luta contra o ataque da burocracia. Esse comitê tem de ser o mais amplo possível, com a condição da defesa do fim das sindicâncias. Consideramos um erro introduzir neles bandeiras paralelas ou artificiais, como pretendem algumas correntes. Exemplo disso é a tentativa

do DCE da USP (dirigido pelo PSol), de tirar da manga a bandeira de estatuinte para o comitê contra a repressão. Essa bandeira já serviu durante a ocupação como instrumento de negociação para a desocupação e fim da greve. Agora, serviria apenas para dividir o comitê, que tem de ser o mais amplo possível, de modo a ganhar a força necessária para impedir o ataque da burocracia e fazê-la retroceder.

Também é um erro a busca de saídas individuais ou de grupos parciais, tais como tem feito o PSTU, que contratou um advogado para defender seus militantes e ignora o comitê contra a repressão. Não se trata de uma questão meramente jurídica, mas fundamentalmente política. E sem mobilização será difícil impedir a punição dos estudantes.

Toda força ao comitê contra a repressão e pelo fim das sindicâncias!

Mobilizar os estudantes para impedir a punição das lideranças!

Defender a ocupação e seus métodos de luta!

Publicamos abaixo boletim da Corrente Proletária Estudantil

ABAIXO A REPRESSÃO! NENHUMA PUNIÇÃO AOS ESTUDANTES!

A resistência de uma parcela dos estudantes contra a política privatista do ensino obriga o governo e as reitorias a combaterem com autoritarismo a luta coletiva. Por isso, a repressão ao movimento estudantil tem avançado cada vez mais com as sindicâncias e com as ameaças de criminalização das lideranças e dos mais combativos.

Diante da ampla mobilização estudantil e as ocupações de reitorias no ano passado, em luta contra a mercantilização do ensino, a invasão policial foi um dos recursos utilizados pelas reitorias para calar os estudantes. Agora, as reitorias iniciam o ano tentando coagir o movimento estudantil lançando mão, mais uma vez, de seus instrumentos repressivos.

Na PUC, não bastasse a invasão da tropa de choque na universidade, estudantes que participaram da ocupação estão sendo sindicados. Enquanto os estudantes estão sendo punidos por defenderem seus direitos pelo método da ocupação à Reitoria, a Fundação São Paulo e os bancos estão implementando os planos

privatistas de destruição do ensino, a exemplo das reformas curriculares que aligeiram os cursos, implantação do ensino à distância etc. O “Redesenho Institucional” (saída para a chamada crise administrativa) nada mais é do que a expansão da superexploração do trabalho para professores e funcionários, demissões, fechamento de cursos considerados deficitários e sucateamento das condições de ensino.

Na USP, diversos estudantes estão sendo convocados a prestar depoimentos a uma comissão de sindicância criada pela reitoria. O governo impõe as medidas de corte de recursos à educação pública e imprime a violência sobre os estudantes que resistem.

Essa é a demonstração da truculência da burocracia universitária e do governo que, para aprovar seus planos mercantilistas, não medem esforços para perseguir e punir os estudantes.

A defesa das liberdades políticas não deve se ater somente às universidades. A repressão é constantemente descarregada

sobre os movimentos sociais, pois as mobilizações expressam a força política dos trabalhadores e da juventude.

É fundamental organizar a resistência à repressão política. Defendemos que a única forma de combater a repressão é com o avanço do movimento ao redor de suas reivindicações e com uma ampla campanha, impulsionada pelos comitês contra a repressão, defendendo o direito à livre manifestação e organização e exigindo a retirada imediata dos processos de sindicância contra os estudantes.

Defendemos:

1. Formação dos comitês de luta contra a repressão
2. Construção do Congresso Universitário
3. Luta pela estatização de todo sistema privado de ensino, sob o controle de quem trabalha e estuda
4. Por um sistema único, público, gratuito, laico de educação para todos, vinculado à produção social.

No último dia 13/03, em Londrina, a Corrente Proletária participou de um debate sobre as organizações do movimento estudantil. Resumimos abaixo uma síntese da exposição:

ENTIDADES E MOVIMENTO ESTUDANTIL

Por que é importante que o movimento estudantil tenha uma organização nacional? Por ser um setor importante da sociedade e utilizar em seus momentos mais radicalizados os métodos de luta e democracia da classe operária, como assembleias, bloqueios de ruas, piquetes.

Apesar de os estudantes, em sua maioria, serem parte da pequena burguesia (classe média), a privatização e precarização cada vez maiores do ensino fazem com que a própria necessidade de estudar coloque os estudantes em conflito com as reformas promovidas pelo governo pró-imperialista e, levando às últimas consequências, em conflito com o próprio capitalismo, que transforma o ensino em mercadoria.

É parte dessa situação a necessidade de construir entidades que organizem e impulsionem o movimento em cada curso (CA), faculdade (DA ou Grêmio), universidade (DCE) etc., e também que articulem a luta estadual e nacionalmente. Porém, o papel concreto que estas entidades têm na luta do movimento estudantil depende fundamentalmente de qual a sua direção. Isso não significa que se deva rechaçar uma entidade por discordar da política de sua direção, e sim justamente o contrário – é dever dos revolucionários lutar para dirigir as entidades, e estando ou não em sua direção lutar pela democracia interna e para que essas entidades sejam elementos de impulso à mobilização e não de freio, ou seja, os revolucionários têm obrigação de lutar contra a burocratização das entidades estudantis e sindicais.

Atualmente, o grande entrave para a organização nacional das lutas estudantis é a burocratização e “estatização” da UNE, que, embora venha ocorrendo desde que o PCdoB está em sua direção, se ampliou fortemente a partir da chegada de Lula à presidência do país. É muito claro que, para desburocratizar a UNE e torná-la realmente independente do governo, é preciso varrer de sua direção a UJS/PCdoB, mas para isso é preciso compreender o que possibilita que a UJS se mantenha na direção da entidade.

Apesar de todos os seus métodos burocráticos, fraudes, votos de cabresto etc., não é apenas através do controle do aparelho que eles se mantêm na direção. A política

defendida pela UJS se apoia no individualismo e em aspectos festivos, promovendo a conciliação com o ensino privado, valorizando saídas individuais como o Prouni, defendendo medidas paliativas como as cotas etc. Através dessa política, a UJS efetivamente dirige uma parte do movimento, especialmente nas faculdades privadas, e, quando é de seu interesse, consegue até mesmo levar milhares às ruas, como vimos nas manifestações pelo passe livre no ano passado.

Como já dissemos, o que se coloca para os revolucionários é a luta por assumir a direção do movimento, arrancando-a da UJS, o que nos coloca a questão: como fazer isso, dado o alto controle que o estalinismo tem da UNE e de suas instâncias?

Conlute e divisão da UNE

A resposta que o PSTU formulou, transferindo para o movimento estudantil a política que propôs em relação à CUT, foi a de cindir com a entidade que congrega a maioria dos estudantes, se abstendo de discutir e participar de seus congressos, e propor a criação de uma outra entidade, que essa sim seria “de luta” – a Conlute. Começando a propor que CAs, DCEs, etc., se “desfiliassem” da UNE, a Conlute praticamente criou a “filiação” à UNE, que era encarada por todos como a entidade que tinha que representar o conjunto dos estudantes.

Além de ter abandonado não só os congressos da entidade, mas também as discussões que os antecedem em cada universidade, enfraquecendo a oposição dentro da UNE e deixando a maioria do movimento ainda mais sujeita à política da UJS, a Conlute também não tem feito o que corretamente acusa a UNE de não fazer: mobilizar e articular o movimento estudantil nacionalmente. O que vimos nas ocupações de reitorias no ano passado mostrou isso claramente. Na maioria das ocupações, os estudantes rechaçaram a direção da UNE, em alguns casos não permitindo nem mesmo que entrassem, abrindo-se uma situação extremamente favorável para que a Conlute articulasse uma luta conjunta, já que todas as ocupações tinham em comum a luta contra a ingerência do governo na universidade. Porém, em vez de empregar suas forças na construção de um movimen-

to unificado nacionalmente o que a Conlute fez foi tentar capitalizar a plenária realizada na USP. Na própria ocupação da reitoria da USP, os militantes da Conlute propuseram a desocupação desde a primeira assembleia e após perderem várias votações ficaram um tempo sem colocar essa proposta para logo em seguida apoiar o acordo desastroso que resultou na desocupação. Agora, algumas correntes articulam um comitê para lutar conjuntamente contra a repressão que estão sofrendo alguns dos estudantes que participaram da ocupação e os militantes da Conlute nem sequer comparecem às reuniões.

Combater a política estalinista na UNE

A Corrente Proletária na Educação é contra a cisão com a UNE, principalmente sendo feita assim, sem ter como base um forte setor do movimento estudantil e criando uma organização tão ou mais burocratizada. Mas também é preciso discutir como deve ser a atuação da oposição dentro da UNE. Não adianta participar dos congressos e outras instâncias sem ampliar as discussões nas bases estudantis e sem afrontar efetivamente a burocracia. É urgente que a oposição se unifique na luta pela derrubada da UJS, que representa a política estalinista do PCdoB de submissão ao Estado e pela independência da UNE em relação ao governo, e propomos que esta unidade se dê em torno dos seguintes pontos:

- Pela volta da eleição de delegados por assembleias de cursos (derrubar a decisão do CONEG do ano passado, que, fazendo com que a eleição de delegados seja por universidade e através de urnas, facilitou o controle dos processos de escolha de delegados e aumentou a proporção dos delegados de faculdades privadas nos congressos)
- Pelo fim do conchavo do consenso (nenhum acordo entre as teses/correntes para definir em reuniões de gabinete os “consensos” – que todas as propostas sejam levadas à plenária)
- Pelo debate das teses em assembleias (a oposição tem que levar a discussão de suas teses ao conjunto dos estudantes)
- Pela real independência da UNE – que ela rompa com o governo Lula e combata suas reformas privatistas

Professores de São Paulo iniciam campanha salarial

No dia 14 de março, os professores da rede pública estadual realizaram uma assembleia para dar início à campanha salarial. O contexto é de brutal ataque do governo Serra: avanço da mercantilização e centralização burocrática do ensino; continuidade da reforma educacional, com retirada de direitos, ampliação do desemprego, manutenção do arrocho salarial combinado com avaliação de desempenho, dentre outros problemas.

CONTROLE BUROCRÁTICO

A diretoria da APEOESP (composta majoritariamente pelas correntes políticas Articulação Sindical e ArtNova do PT e PC do B), totalmente burocratizada, na primeira assembleia do ano, procurou definir o eixo da campanha e o calendário de luta. Recusou-se aprofundar a discussão sobre as reivindicações, que visam garantir esse eixo, pois é aí que as diferenças ficam evidentes. Assim, apresentou o eixo: “defesa da escola pública, emprego e reajuste imediato”, o qual foi aprovado, contando com o apoio das correntes Oposição Alternativa, PSTU e outras.

O problema não está, obviamente, na defesa da escola pública, a qual tem o apoio de todos, diante da mercantilização do ensino, isto é, diante da ampliação da participação das empresas nas escolas, através de parcerias, de isenção fiscal etc. Não está também na defesa do emprego, à medida que cerca de 60% dos professores contratados / temporários (OFAs) ficaram sem aulas no início deste ano. Finalmente, não está na defesa do reajuste imediato, que todos reivindicam.

Onde está o problema?

1) Está no fato de que a defesa da escola pública, por parte da burocracia da APEOESP não passa pelo fim das escolas privadas através da expropriação das mesmas e constituição de um único sistema de ensino, estatal e sob o controle de quem trabalha e estuda.

2) A defesa do emprego não significa o emprego a todos. A redução da jornada, sem diminuição do salário, não quer dizer escala móvel das horas de trabalho. A estabilidade se resume na defesa da PEC 54, portanto, nada tem a ver com a proposta aprovada na assembleia de 14 de outubro de 2005 de estabilidade a todos os Ofas, independente do tempo de serviço e da lei.

3) O reajuste imediato defendido é de

10,60%, quando o próprio estudo apresentado por essa diretoria aponta que nossas perdas de 1979 a 2008 exigiriam um reajuste de 254,4%. Diz defender o piso do Dieese (R\$ 1.900,31 em fevereiro), mas para o futuro.

Erro de setores da Oposição

O apoio das correntes de oposição à proposta da burocracia reafirma nossa situação de penúria diante dos ataques do governo. Acabaram aceitando o piso do Dieese para o futuro e a PEC 54. Procuraram se diferenciar ao rechaçarem as propostas educacionais do governo Lula. Defenderam acertadamente o máximo de 25 alunos por sala, quando a diretoria apóia a derrubada do veto a um projeto de Roberto Felício, que estipula 25 só para as salas de Ensino Fundamental I (30 para as de Fundamental II e 35 para as de Ensino Médio).

O POR defendeu: a) para acabar com o desemprego, a ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, que é a divisão das aulas entre os professores das disciplinas nelas habilitados; b) para combater o arrocho salarial, o SALÁRIO MÍNIMO VITAL, CALCULADO E APROVADO POR ASSEMBLÉIA DE BASE, ou seja, um salário que de fato garanta a vida dos trabalhadores e sua família, que não seja inferior a R\$ 2.750,00; c) para combater a privatização, o ensino público e gratuito em todos os níveis para todos e o fim das reformas educacionais dos governos; d) para defender a vida dos contratados, estabilidade a todos.

Unidade da oposição derrotou o imobilismo da burocracia

Foi na discussão sobre a nova assembleia que a oposição se uniu em torno do método de luta mais eficaz para combater os ataques do governo. A direção burocrática defendeu a próxima assembleia para o dia 18 de abril, alegando que até lá haveria tempo para convencer os professores da importância da paralisação. Recusou todas as propostas que impulsionam a organização da luta grevista. Setores de oposição defenderam que a próxima assembleia fosse no dia 4 de abril, com indicativo de greve, com o objetivo de realizar uma campanha imediata e ofensiva contra as medidas governamentais.

A vitória desta proposta demonstra que os professores exigiam uma tomada de po-

sição mais imediata para a situação arrocho salarial, desemprego, aumento da sobrecarga de trabalho etc. Daí o acerto das correntes oposicionistas.

Superar as dificuldades

Os problemas são grandes: a) quando a burocracia perde propostas na assembleia, não encaminha as que foram aprovadas; b) recusa usar os recursos do sindicato para realizar uma grande campanha salarial; c) está amarrada no combate aos ataques de Serra, porque atinge o seu governo (Lula).

Em relação aos professores, é preciso: a) ganhar a confiança de boa parte de que somente a luta poderá barrar as medidas governamentais; b) derrotar a campanha dos agentes do governo de que o fracasso escolar é de responsabilidade dos que trabalham; c) vencer o medo de que a greve não pode ser feita pelos que estão no estágio probatório; d) combater as posições imobilistas da burocracia do sindicato que são aceitas uma camada de professores; e) paralisar as escolas e realizar uma assembleia massiva na Av. Paulista.

Trata-se de uma difícil tarefa. O êxito dela significará a derrota do governo e da burocracia subserviente.

Posição do POR

O POR tem atuado no interior da APEOESP defendendo a construção da fração revolucionária para combater sua direção burocrática. Trabalha para que os setores oposicionistas se unifiquem por meio de um programa classista de combate às medidas neoliberais dos governos (municipal, estadual e federal), garantia da vida das massas e de defesa do método da ação direta.

Diante da decisão da assembleia, o POR propõe:

⇒ Trabalhar para construir a unidade em torno da assembleia do dia 4 de abril. Formar comandos com os setores de oposição para visitas às escolas, fazendo um grande chamado aos professores: “O momento é agora! É preciso parar já!”;

⇒ Cobrar da diretoria da APEOESP que, de fato, implemente as propostas aprovadas em assembleia: usar todos os recursos para propagandear esta assembleia e colocar os diretores, conselheiros etc. para visitarem as escolas.

Rondônia

Paralisação nacional deve ser o ponto de partida para a greve contra a destruição do ensino público

O Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Rondônia (Sintero), realizou uma paralisação no dia 12/03, seguindo a orientação da Confederação dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que indicava o dia 14 de março como um dia de greve nacional da educação pelo piso salarial. O motivo de antecipá-la, segundo a burocracia do sindicato, foi para culminar com a atividade da campanha salarial de 2008. Porém, esse dia se converteu em pressão parlamentar com ações legalistas.

Na convocação para a paralisação, o sindicato chamava os federais, estaduais e municipais para um ato em frente à Assembléia Legislativa e entrega de um documento para os deputados. Outro ato seria realizado em frente à Secretaria Municipal de Administração pela manhã e, à tarde, participação no plenário da Assembléia Legislativa.

Na assembléia e na manifestação de rua estavam presentes componentes dos direitos humanos da OAB local, deputados e vereadores do PT como pretensos 'apoioadores' da luta, na verdade são futuros candidatos nas próximas eleições. O presidente da OAB, Hélio Vieira é filiado ao PT e leva uma vida faustosa ganhando somas vultosas com questões trabalhistas.

O que os servidores esperavam é que o ano de 2008 se iniciasse com uma greve contra o congelamento dos salários.

Em Porto Velho, capital do Estado, sequer foi chamada uma assembléia para os municipais. O prefeito é do PT/Roberto Sobrinho e o

Sintero tem sua direção composta por militantes do PT, que apoiam o prefeito. Os salários estão congelados, as escolas sucateadas e as salas superlotadas. A solução, para atendimento aos alunos, tem sido a contratação de professores precarizados, por meio de horas extras. Enquanto isso, deixa milhares de professores desempregados e esperando na lista de aprovados em concurso público para serem efetivados.

As propagandas da prefeitura são exitistas, como se tudo estivesse muito bem. Nas escolas, faltam trabalhadores principalmente professores, mobiliários e merenda. As escolas atendem a turmas de 6º ano com 63 alunos, os serviços pedagógicos no programa de habilidades estão sendo terceirizados. Para legalizar essa falcatura, foi alterado o dispositivo na lei 901 de 23/7/1990, impondo esse ataque frontal ao servidor municipal.

No Estado, a política não fica diferente. Mesmo sendo maior o enfrentamento com o governo Cassol, por ser adversário político que ataca o PT e do sindicato, tem acontecido assembléias e greve dos estaduais. Desde o ano passado, o governo vem manobrando e deu um aumento simbólico, que sequer dá para manter o feijão no prato do trabalhador. A base descontente esperava começar o ano com uma greve para valer, porém até agora nada.

Os trabalhadores estaduais enfrentam também o sucateamento das escolas e muitas famílias ficaram sem atendimento para seus filhos na educação fundamental em virtude da lei de municipalização do ensino. Para o atendimento

aos alunos do ensino médio, a solução também vem pela precarização do trabalho e o assistencialismo dos "amigos da escola". As filas para procura de vagas têm aumentado de ano a ano, o que tem obrigado os pais dormirem nas filas aguardando fichas para serem atendidos.

A Corrente Proletária da Educação (CPE) interveio denunciando o método parlamentarista da burocracia sindical e defendendo:

- Imediata reposição salarial dos trabalhadores em educação estadual e municipal;
- Derrubada do veto do governo Cassol contra a liberação dos servidores estaduais para compor a diretoria do sindicato;
- Abaixo o Piso salarial, em defesa do salário mínimo vital;
- Sala com no máximo 25 alunos;
- Aulas de 45 minutos no turno diurno e 40 no noturno;
- Abaixo toda reforma educacional privatizante do governo Lula e seguida pelos governos estaduais e municipais;
- Abaixo a avaliação do desempenho, que tem como finalidade punir os trabalhadores com o desemprego ou arrocho salarial;
- A escola única, laica e vinculada à produção social – a escola científica;
- Estabilidade e emprego para todos através da escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas de trabalho entre todos os trabalhadores sem redução salarial).
- Defesa da greve como o método próprio dos explorados para arrancar suas reivindicações.

Fortaleza - CE: Organizar a luta no Estado já!

Nada de aceitar a enrolação da APEOC, CUT e MOVA-SE (FUASPEC)

O governo de Cid Gomes (PSB/PT/PSDB) expressa as velhas oligarquias do Estado, pois impõe a precarização e o sucateamento dos serviços públicos. Para manter os altos lucros dos industriais, latifundiários e grandes comerciantes.

O Fórum Unificado dos Servidores Públicos/FUASPEC, que é organizado pela direção governista da CUT/PT, APEOC, MOVA-SE entre outras, todas unidas para blindar o governo e abortar qualquer luta dos servidores. O governo estadual e o Fórum dos Servidores criaram a Mesa Permanente de Negociação (mesa de enrolação e enganação) para ludibriar o funcionalismo.

Prova disso, foi o reajuste miserável de 3,5% (em média) para o funcionalismo no ano passado de forma unilateral pelo governo. Qual foi a resposta do Fórum dos Servidores? O silêncio e a defesa do governo. Este ano Cid Gomes já anunciou, novamente de maneira unilateral,

a esmola de 4,5% de reposição. Mais uma vez as burocracias sindicais não farão campanha salarial, como também, ao que tudo indica, o próprio Fórum não irá mexer um dedo contra a privatização do ISSEC (Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará).

O ano letivo de 2008 iniciou com os velhos problemas: fechamento de salas de aula, ampliação de contratos temporários, livros insuficientes para todos os alunos, salários atrasados dos temporários, salários achatados dos professores da rede, a não efetivação de todos os remanescentes do concurso de 2003, limite de uma única consulta médica por mês no ISSEC, vale refeição restrito a uma ultra-minoria dos servidores (que ganham abaixo de R\$ 1600,00).

A APEOC (Penha, Articulação/PT, PCdoB e PCB) no ano passado não fez qualquer campanha salarial, desviando a atenção dos professores para

o Piso Salarial Profissional Nacional da CNTE, para poupar e não incomodar Cid Gomes. Nas poucas assembléias realizadas a diretoria da APEOC não encaminhou as deliberações por ser contrária a seus interesses e ao do governo estadual.

É preciso que os professores exijam que a APEOC e o SINDIUTE deixem o fórum de enrolação (FUASPEC) e construam a luta, de fato, contra a ofensiva dos governos Cid Gomes, Lula e Luizianne Lins/PT. Para tanto defendemos:

- * Barrar a nova Reforma da Previdência (que põe fim à aposentadoria especial dos professores),
- * Rechaço ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que vincula recursos ao desempenho das instituições de ensino.
- * Rechaço ao Piso salarial defendido pela CNTE de R\$ 950 por 40h.
- * Defesa do Piso Salarial Nacional de R\$ 2.750 com redução do tempo de trabalho em sala de aula.

O texto abaixo foi o resultado das discussões realizadas na plenária da Corrente Proletária na Educação, no mês de março

Ensino raquítico, mercantilizado, altamente centralizado e desvinculado das reais necessidades sociais

1. Marginalização da maioria

Os dados recentes (2007) indicam que houve redução do número de alunos na educação básica. Em 2006, eram 55.942.047 e, no passado, passou para 52.969.456. Desse total, 46.610.710 estão nas escolas públicas e 6.358.746, nas privadas. Se considerar o ensino fundamental, a redução foi de 33.282.663 para 32.102.787. Isso se reproduz no ensino médio (8.906.820 para 8.362.994). No EJA, houve também diminuição. Na realidade, a educação básica perdeu quase três milhões de estudantes (2.994,4).

Segundo o governo, a queda se deve à correção das distorções de série/idade/evasão, ao controle real das matrículas e na melhor fiscalização na distribuição dos recursos do Fundeb. O fato é que não houve expansão da rede ao ponto de incluir um contingente significativo de crianças e adolescentes que permanecem fora da escola.

O ensino infantil que já era raquítico (7.016.095) se tornou menor ainda (6.494.878). Aqui o problema da “distorção” sequer existe. O funil entre o fundamental e o médio permanece (de cerca de 32 milhões para 8 milhões). Torna-se evidente que grande parte da juventude pobre não tem acesso aos estudos.

Um país que ainda carrega altos índices de analfabetismo, a queda do número de alunos na educação básica e no EJA certamente tem por detrás razões mais profundas. Por isso, não se pode explicar o censo escolar de 2007 sem levar em conta os problemas materiais e sociais que atingem os marginalizados da educação.

As análises mecanicistas separaram o fato (queda das matrículas) de suas verdadeiras causas. O fundamental desses dados é mostrar o quanto tem sido nociva a política dos governantes de corte de recursos à educação pública e o quanto é violento o salário mínimo e o desemprego para os explorados da cidade e do campo. Permanência, expansão e queda de alunos dependem, em última instância, das condições objetivas de existência.

2. Avança a mercantilização

A expansão do ensino superior teve como alavanca o crescimento das universidades privadas, com 88% de instituições particulares. O censo do ensino superior será realizado em 2008. Assim os dados disponíveis indicam pouco mais de 4 milhões de estudantes inscritos nos cursos de graduação. Sendo que 70% estão nas faculdades privadas. Aproximadamente 3 milhões de jovens terminam o ensino médio (público/privado) e apenas 1,7 milhão entra na universidade.

A expansão do ensino à distância permitiu o crescimento do número de alunos na rede privada não só nos cursos de graduação como também de pós-graduação. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um dos mecanismos para “ampliar” o número de estudantes nas universidades, com baixos recursos e com a utilização da Internet para suprir aulas presenciais. Segundo o MEC, em 2005, já existiam 500 mil alunos nessa modalidade de educação, um crescimento de mais de 50%.

O governo Lula por meio da criação da UAB faz demagogia de que se trata da “democratização, expansão e interiorização da oferta do ensino superior público”. Pretende expandir essa modalidade de ensino para os cursos técnico, de graduação e de formação “continuada” de professores. Por trás estão os interesses materiais e ideológicos dos capitalistas. O Estado regulamentou o ensino à distância e atua em sua implantação para criar condições favoráveis aos empresários da educação, a exemplo da Fundação Roberto Marinho que comanda o “ensino profissionalizante”, metade presencial e metade à distância, no terceiro ano do ensino médio das escolas públicas paulistas.

3. Monopolização e desnacionalização do ensino superior

Uma das conseqüências da aceleração da privatização tem sido o rápido crescimento da desnacionalização da educação, que se materializa na intervenção do capital estrangeiro nesse ramo de negócio. O

Grupo Anhanguera Educacional possui 130 mil estudantes. Formatada para uma classe média empobrecida que dispõe de parte do salário para pagar as mensalidades, com cursos precarizados (turmas que atingem 175 alunos) e mão-de-obra altamente explorada e sob controle ditatorial, a Anhanguera é um dos modelos ajustados à especulação financeira (desde o ano passado, dispõe de seu capital na Bolsa De Valores de São Paulo). Exemplos como esse são o da Rede Pitágoras (MG) e Estácio de Sá (RJ).

Essas indústrias seguem a diretriz do capital estrangeiro (Banco Mundial), que pressiona os governos para que abandonem a estratégia de um ensino superior pretensamente voltado à pesquisa para um ensino de curta duração, de custos baixos, de alunos de passagem (sem participação acadêmica e política) e dotados de uma “gestão” empresarial. O objetivo dos especuladores do ensino é o retorno rápido dos investimentos, o controle ideológico mais acentuado sobre as novas gerações de alunos e alta lucratividade. A escola e a educação expressam as leis do capitalismo.

Para viabilizar o processo de concentração e monopolização da indústria universitária, o governo tem modificado a legislação que impedia o ingresso do capital estrangeiro. A regulamentação que faculta ao capital externo controlar 30% das universidades escancarou as portas para o processo de desnacionalização. Os capitalistas brasileiros da educação se sujeitam às uniões e comparecem como vendilhões.

4. Reuni e Prouni: instrumentos da mercantilização

A política de Lula vem no sentido de favorecer esse modelo de universidade. A imposição dos “Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais” (Reuni) forçou as 53 universidades a adotá-lo. O Reuni é um dos aspectos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e se escora no falso objetivo de ampliação do acesso e permanência na educação su-

perior. O fato é que Lula propõe a mesma forma de “gerenciamento” empresarial das universidades: cursos de curta duração, contratos precarizados de professores, turmas maiores de alunos e baixo investimento estatal (2,4 bilhões em cinco anos).

O ProUni, política de cotas para alunos provenientes da educação básica pública, foi outro artifício do governo do PT. Atendeu a exigência dos mercados do ensino, que procuraram preencher a ociosidade de suas escolas.

A propaganda de acesso de alunos pobres na universidade não consegue esconder a verdadeira face mercantil das medidas adotadas. A escola de classe tende a sufocar cada vez mais o ensino público e a inviabilizar o acesso da grande maioria explorada.

5 Base material do sucateamento

Se é verdade que os recursos do governo federal destinados à educação, no período de 1995 a 2005, passaram de 15,2 para 17,4 bilhões de Reais, é também verdadeiro que nesse mesmo período caíram 0,95% para 0,77% em relação ao PIB. O ano de 2007, com um PIB na ordem de 5%, os gastos com educação ficaram entre 3% a 4%. Portanto, cresceu a diferença entre o PIB e o que se investe no ensino.

Só nos primeiros 4 anos de governo Lula, a educação perdeu 13,94 bilhões de Reais – manutenção da DRU, que retira 20% do orçamento da educação. A Reforma Tributária pretende extinguir o salário-educação, que era pago pelos capitalistas e que arrecadava 7 bilhões de Reais por ano.

A política de Lula tem sido a de redução de recursos à educação. Sequer o Piso Nacional vergonhoso de 850 Reais para os professores de educação básica foi efetivado, como estava previsto no PDE. O palavreado da “inclusão”, da escola de “qualidade” e outros adjetivos servem de máscara para a dura realidade que impera nas escolas e na educação em geral.

As metas federais são seguidas pelos governadores e prefeitos. O PDE de Lula se materializa em São Paulo nas “10 metas de Serra para a educação” (avaliação por mérito, gestão empresarial, arrocho salarial). Os resultados são penosos aos alunos e aos trabalhadores do ensino.

6. Intervenção repressiva do Estado

O avanço da centralização burocrática

por parte dos governos vem se impondo e se transformando em instrumento de repressão aos professores. As avaliações externas são usadas para penalizar os estudantes e professores pelo fracasso escolar. Os dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) indicaram que os alunos não aprendem. Em 2005, a nota do ensino fundamental foi de 3,8 e a do médio, 3,4. A partir daí, o Ministro da Educação determinou que em 2021 deverá ser de 6,0.

Em São Paulo, o governo fez o mesmo. Mas os recentes resultados do Saresp indicaram que a aprendizagem é quase nula nas escolas. O critério de classificação dos resultados (avançado, adequado, básico e abaixo do básico) evidenciaram que 75,8% dos alunos do ensino médio estão “abaixo do básico” em matemática e 42,1% em português.

O governo aproveita as notas baixas dos alunos para fazer a campanha de que é necessário ampliar o intervencionismo estatal sobre o trabalho dos professores. A Secretária da Educação, Maria Helena, diz que é “desalentador o desempenho” dos alunos e que isso se deve “à carência de métodos inovadores, à falta de preparo de uma parcela de professores e à falta de política direcionada à área”. Ressalta que as escolas estão passando por um processo de recuperação com “materiais especiais”.

Na verdade, as justificativas da Secretária são ludibriadoras da realidade. O que não faltam nas escolas são os tais métodos inovadores e medidas governamentais (resoluções, portarias, decretos) para disciplinar o trabalho docente e a administração das escolas (gestão). A falta de preparo dos professores é o resultado da falência da educação e da brutal exploração do trabalho.

O governo apresenta como saídas o aumento da intervenção externa por meio de uma equipe de “pedagogos”, que deverá agir sobre as 100 piores escolas. Toda rede terá um “currículo a ser seguido”. Os professores passarão por uma “capacitação intensiva” e os alunos pelo reforço. O diretor (gestor) deverá agir com mãos de ferro, impondo uma disciplina empresarial para forçar o funcionamento escolar nas condições completamente adversas de trabalho (jornadas violentas, salas superlotadas, salário baixo etc).

A grande imprensa se incumbiu de fazer a campanha de responsabilizar os pro-

fessores, usando depoimentos de alunos para dizer que há falta de compromisso e o excesso de faltas. O governo traçou uma campanha para convencer a população pobre de que seus filhos não aprendem por culpa dos professores. Objetiva criar um clima social e político para realizar a ofensiva repressiva e bloquear a reação contrária às medidas.

7. Resposta dos trabalhadores e da juventude

Cabe aos trabalhadores e estudantes responderem aos problemas da educação, que têm suas raízes mais profundas no sistema de exploração do trabalho. A marginalização da maioria à educação e o baixo nível de aprendizagem daqueles que estudam compõem uma mesma realidade: a pobreza da população e uma escola seletiva.

Frente à ofensiva repressora do governo, é preciso levantar imediatamente as bandeiras de 25 alunos por sala, piso salarial que corresponda a um salário mínimo vital (2.750,00), jornada de apenas 20 horas, emprego a todos professores, acesso de todas crianças e jovens aos estudos e que nenhum jovem esteja fora do trabalho e da escola.

A luta por um único sistema de ensino estatal para todos, controlado pelos que estudam e trabalham, deve fazer parte desse ponto de partida. A estatização da rede privada, sem indenização, é a única saída para combater a diretrizes privatizantes. O não pagamento das dívidas interna e externa e o fim da DRU e de outros mecanismos que saqueiam os fundos da educação é fundamental.

8. Derrotar as burocracias sindicais e estudantis

Há um obstáculo que é preciso demover: as direções estudantis e sindicais.

A UNE, UBES e sindicatos da educação apóiam o governo Lula e sua política privatizante de ensino. Atuam contra os interesses dos trabalhadores e da juventude.

Os estudantes e trabalhadores da educação devem exigir a independência desses organismos frente ao Estado e governos. O que pressupõe dura batalha contra a reforma educacional e os Planos governamentais (PDE, Reuni, Prouni, 10 metas etc). O método é o da classe operária: ação direta.

No jornal Massas 352 iniciamos a publicação do texto de León Trotsky sobre as táticas da frente única. No Massas 354, publicamos até o ponto III. O Movimento Sindical e a Frente Única. Publicamos agora o item nº IV.

IV. A LUTA POLÍTICA E A FRENTE ÚNICA

20. No plano do partido, há uma grande diferença com os sindicatos; a preponderância do Partido Comunista sobre o Partido Socialista é enorme. Portanto, é possível supor que o Partido Comunista como tal é capaz de assegurar a unidade da frente política, e que por isso não há motivos que o levem a dirigir-se à organização dos dissidentes com propostas para ações concretas. Esta questão, antes de ser colocada em estrita forma jurídica, baseada na relação de forças e não num radicalismo verbal, deve ser apreciada como merece.

21. Quando consideramos que o Partido Comunista conta com 130 mil membros, enquanto que os socialistas têm 30 mil, os êxitos enormes da idéia comunista na França se fazem evidentes. Em troca, se levarmos em conta a relação entre essas cifras e a força numérica do proletariado em seu conjunto e a existência dos sindicatos reformistas, além da existência de tendências anti-comunistas nos sindicatos revolucionários, então a questão da hegemonia do Partido Comunista no movimento operário se nos apresentará como uma tarefa muito difícil, ainda longe de resolver com nossa preponderância numérica frente aos dissidentes. Esses últimos podem, sob certas condições, constituir um fator contra-revolucionário muito mais importante dentro do proletariado do que poderia parecer se alguém julga somente através da debilidade de sua organização e a insignificância da tiragem e do conteúdo ideológico de seu jornal, "Le Populaire".

22. A fim de apreciar a situação, é preciso dar uma síntese clara de seu desenvolvimento. A transformação da maioria do velho Partido Socialista em Partido Comunista se produziu como resultado de uma onda de insatisfação e revoltas engendradas pela guerra em todos os países da Europa. O exemplo da Revolução Russa e as consignas da Terceira Internacional indicaram o caminho para sair dessa situação. Entre-

tanto, a burguesia pôde sustentar-se no período 1919-1920 e pôde, através de medidas combinadas, estabelecer um certo equilíbrio baseado sobre os cimentos do pós-guerra, equilíbrio que foi socavado pelas mais terríveis contradições e que conduz a grandes catástrofes, mas que abastece de certa estabilidade no momento, e para um período muito imediato. A Revolução Russa, superando as maiores dificuldades criadas pelo capitalismo mundial, tem sido capaz de levar a cabo suas tarefas socialistas só de forma gradual, a custa de uma extraordinária drenagem de suas forças. Como resultado disto, o fluxo inicial das tendências revolucionárias tem dado lugar a um refluxo. Somente os setores mais resolutos, audazes e jovens do proletariado mundial têm permanecido sobre a bandeira do comunismo.

Isto naturalmente não significa que os amplos setores do proletariado que desiludiram em suas esperanças de uma revolução imediata, de rápidas transformações radicais etc., tenha voltado em seu conjunto a suas antigas posições de pré-guerra. Não, sua insatisfação é mais

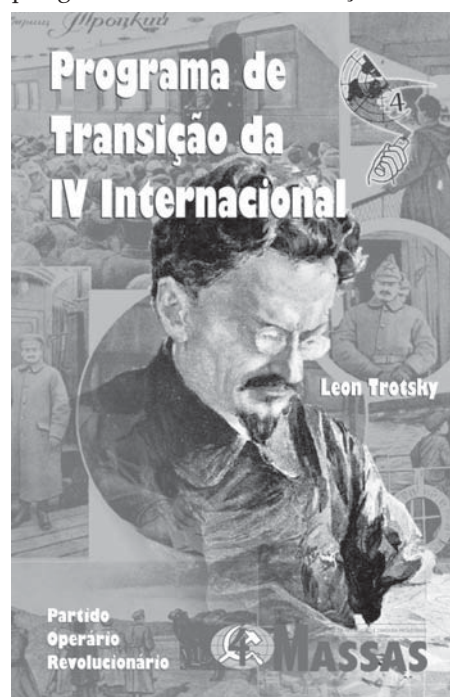
profunda que nunca, seu ódio aos exploradores mais agudo. Porém, ao mesmo tempo, encontram-se politicamente desorientados, não vêem o caminho da luta e por fim permanecem passivamente na expectativa, dando base à possibilidade de agudas oscilações para um ou outro lado, de acordo com a situação.

Esta grande reserva de elementos passivos e desorientados pode, sob determinadas circunstâncias, ser utilizada pelos divisionistas contra nós.

23. Para apoiar o Partido Comunista, é necessário ter confiança na causa revolucionária, ser leal e ativo. Para apoiar os dissidentes, são necessárias e suficientes a desorientação e a passividade. É absolutamente natural que o setor revolucionário e ativo do proletariado recrute de suas fileiras uma proporção muito maior de membros para o Partido Comunista, do que é capaz de prover o setor passivo e desorientado para o Partido dos divisionistas.

O mesmo pode se dizer da imprensa. Os elementos indiferentes lêem pouco. A insignificância da circulação e conteúdo do "Le Populaire" reflete as condições de um setor do proletariado. O fato de que haja uma completa ascendência dos intelectuais profissionais sobre os operários no Partido dos divisionistas não contradiz em absoluto nossa análise; que o proletariado passivo e parcialmente desiludido, parcialmente desorientado, serve, especialmente na França, de fonte para as camarilhas políticas formadas por advogados e jornalistas, curandeiros reformistas e charlatões parlamentares.

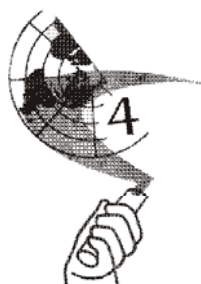
24. Se contemplamos a organização do Partido como um exército ativo e as massas proletárias desorganizadas como as reservas; e se garantimos que nosso exército é três ou quatro vezes mais poderoso que o exército ativo dos divisionistas, então, sob uma combinação de circunstâncias dadas, as reservas podem se dividir entre nós e os social-reformistas, em uma proporção muito menos favorável para nós.



Adquira com o distribuidor deste jornal

Nesta edição:

- Bolívia: Rechaçar a farsa eleitoral
- Iraque: 5 anos de ocupação
- É o imperialismo que está por trás do ataque às Farc
- Visita de Condoleeza Rice ao Brasil

Artigos do Cerqui**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Rechaçar a farsa eleitoral! Nem estatutos fascistas nem constituições reformistas burguesas masistas!

Juan Lemo

Frente à tremenda crise que atravessamos, com o aumento dos preços da cesta básica, enquanto as inundações afetam aos mais pobres, a resposta que nos oferecem os incapazes do governo e da oposição burguesa é... O VOTO NAS URNAS! Ou seja, novamente as duas quadrilhas politiquieiras buscam nos levar como ovelhas ao matadouro, buscam nossos votos para nos amarrar de pés e mãos ao legalismo burguês, sem nunca solucionar os problemas dos explorados.

O governo de Evo Morales diz que a aprovação da Constituição Política do Estado, cheia de comediantes indigenistas, antiimperialistas etc., traria consigo uma “nova Bolívia”.

A direita fascista, por seu lado, nos apresenta a aprovação de seus estatutos autonômicos nos quais, finalmente, atribuem a si mesmo o controle de tudo em suas regiões.

Inclusive alguns representantes dos Comitês Cívicos se atrevem a dizer que no dia seguinte ao referendun, se for aprovado o SIM, haverá comida para todos os habitantes de Santa Cruz (?). Quanta estupidez demagógica!

Em Santa Cruz o Tribunal Eleitoral, em parceria com os cívicos, pressagia uma fraude descomunal, mas frente a isto os imbecis do MAS convocam a votar

pelo NÃO, como se esta fosse a saída. Ninguém pode garantir que respeitem o NÃO porque para os cívicos “democratas” esta opção está proibida.

Acreditar que a Constituição ou os estatutos (leis) mudarão a realidade econômica do país é uma grande falácia que nós bolivianos já superamos.

A lei, o voto, em última instância, a “democracia”, que na Bolívia não existe, nunca solucionou nada, os tão falados 25 anos de “democracia” demonstram como cabalmente o voto não trouxe nem comida nem trabalho, mas ao contrário, tem servido para que continuem nos explorando e dividindo. As leis servem unicamente pra as classes dominantes, nunca aos pobres.

ABAIXO O VOTO MALDITO! NÃO PARTICIPAR DAS ELEIÇÕES!

SAIR ÀS RUAS NO DIA DO REFERENDO EXIGINDO SOLUÇÃO IMEDIATA AO PROBLEMA DO SALÁRIO MÍNIMO!

OS POBRES DEVEM ORGANIZAR A REVOLUÇÃO SOCIAL JUNTO COM SEU PARTIDO O P.O.R., PARA ACABAR COM TANTA MISÉRIA E EXPLORAÇÃO!

(Extraído do Massas Boliviano nº 2072, de 07/03/2008)

Iraque – cinco anos de invasão

Em 19 de março de 2003, as Forças Aéreas dos Estados Unidos iniciaram o bombardeio de Bagdá. Em pouco tempo, a capital do Iraque estava arrasada, milhares mortos e concluída a invasão militar do imperialismo. O mundo assistiu o presidente Bush declarar euforicamente a vitória contra Saddam Hussein, desbaratado seu exército e foragida a cúpula do governo.

Uma extraordinária propaganda passou a ser divulgada em torno do fim da ditadura do Baath, estabelecimento da democracia e reconstrução de um novo Iraque.

Constituiu-se um governo títere, sustentado por 120 mil soldados estrangeiros, por milhares de mercenários e pela feudal burguesia xiita. Bilhões de dólares passaram a ser despendidos diariamente pelo tesouro norte-americano, não só com gastos militares como também com gastos dirigidos às multinacionais, à compra de xeques e a toda sorte de corrupção.

O ódio entre as nacionalidades xiitas e sunitas foi desatado. Chegou a vez dos xiitas golpear os sunitas – sangue dos pobres e oprimidos continuou a ser espalhado pelos bairros da capital e regiões conflagradas.

O povo iraquiano já pagou com a vida de cerca de 400 mil, incalculável número de mutilados, com miséria e fome. Do lado dos invasores, cerca de 4 mil soldados morreram. Pequeno número se comparado com a carnificina contra os iraquianos, mas significativo se considerado politicamente, ou seja, se tomado como fruto de uma renhida resistência das forças antiocupação.

O fato dos Estados Unidos terem gasto 600 bilhões de dólares em cinco anos, quando a estimativa inicial era de apenas 60 bilhões de dólares, e não terem conseguido sufocar a insurgência indica a derrota estratégica da guerra imperialista. Os Estados Unidos não conseguiram quebrar a resistência, criar um governo de coalizão entre xiitas e sunitas, montar um Estado mascarado de democracia ocidental, estabilizar a economia interna e mostrar ao mundo que de fato

Saddan Hussein estava de posse de um programa nuclear e armas químicas. O imperialismo não fez senão montar um tribunal inquisitorial com seus acólitos xiitas para assassinar Saddam – mais um espetáculo da barbárie imperialista.

A burguesia norte-americana não teve como esconder seu interesse pelo petróleo e necessidade de intervenção militar no Oriente Médio, região decisiva para sua hegemonia mundial.

Nesse mesmo sentido estratégico, ocorreu a invasão do Afeganistão, a destruição do governo do Taleban e a constituição de um governo das forças antitalebans do norte vinculadas ao cultivo da papoula e tráfico do ópio. O extraordinário bombardeio deste país levou à conclusão de que estava liquidada a capacidade de resistência dos talebans e dos al qaidas de Osama Bin Laden. Demorou um pouco, mas a resistência se estruturou e modificou a situação confortável do invasor multinacional (OTAN).

O ataque às Torres gêmeas em 11 de setembro permitiu ao governo Bush traçar a política imperialista de combate o terrorismo por cima de qualquer fronteira nacional, justificativa usada também para invadir o Iraque, tencionar planos bélicos contra o Irã, Coreia do Norte e Síria e expandir pela Europa bases militares nas fronteiras com a Rússia (Polônia e República Tcheca).

A grande investida militar dos Estados Unidos em cruzada contra o terrorismo internacional – assim Bush procurou acobertar os interesses econômicos da burguesia norte-americana – expôs à luz do dia toda responsabilidade das potências do aparecimento desse fenômeno histórico, social e político. A Al Qaida é uma resposta do nacionalismo mulçumano à opressão imperialista.

O terrorismo não será erradicado enquanto permanecer o capitalismo. Sua preservação recrudescerá a opressão das potências sobre as nações semicoloniais e com a opressão imperialista recrudescerá toda forma armada de resistência.

A fração da burguesia norte-ameri-

cana que diz ter chegado a hora da retirada das tropas do Iraque reconhece que Saddam não acobertava Bin Laden e sua organização. Pelo contrário, constituía um obstáculo a Al Qaida. Com a invasão, a resistência se manifestou com os métodos da Al Qaida, que se potenciou.

O grande capital e seus governos ocultam o essencial do terrorismo: trata-se de uma resposta violenta do nacionalismo burguês à violência reacionária do imperialismo. Parte significativa da população apóia a resistência armada do nacionalismo.

Com ausência do partido da revolução proletária, as massas não têm outra força em que confiar senão a da resistência nacionalista.

Nos anos de ocupação do Afeganistão e Iraque, a mortandade foi do lado dos povos oprimidos. O terror tem sido usado amplamente pelos Estados imperialistas, tendo à frente os Estados Unidos. Terror do imperialismo que não se limita ao uso de alta tecnologia militar contra civis. É o que mostram os centros de tortura, a rede clandestina de prisões em vários países da Europa etc.

Nestes cinco anos de ocupação do Iraque, cresceu o ódio dos povos pobres e das massas mundiais contra os Estados Unidos e a confiança de que é possível derrotar a ofensiva imperialista. Melhoraram as condições para os comunistas marxista-leninista-trotskistas organizarem o partido mundial da revolução socialista. O nacionalismo e a forma do terrorismo individual – oposto à violência revolucionária das massas contra os capitalistas – não têm como levar sua resistência até a liquidação do imperialismo. Essa tarefa histórica leva à extinção do próprio terrorismo.

O imperialismo será destruído com a transformação da propriedade dos meios de produção em propriedade coletiva (social) em escala mundial. A classe operária internacional tem a tarefa de encabeçar a luta pela derrota da ocupação militar do Iraque, Afeganistão e pela quebra das tendências bélicas do imperialismo.

É a mão do imperialismo que está por trás do ataque às Farc no Equador

No último dia 1º de março, realizou-se um ataque contra o acampamento de Raul Reyes, número 2 no comando das Farc e porta-voz do grupo, no território do Equador, a 1,8 km da fronteira com a Colômbia. Morreram 22 guerrilheiros. O fato gerou uma crise diplomática. Os presidentes Rafael Correa e Hugo Chávez movimentaram tropas, fecharam embaixadas. Por sua vez, Alvaro Uribe também dramatizou que se havia encontrado um notebook, que conteria provas de que os presidentes do Equador e Venezuela estariam apoiando financeiramente as Farc. Uma semana depois do incidente, e poucos minutos depois de xingamentos, lá estavam os três presidentes se abraçando como se fossem velhos amigos. Uma reunião da Organização dos Estados Americanos elaborou uma resolução que “rechaça” a operação colombiana feita “sem o conhecimento ou consentimento prévio do governo do Equador”. Os Estados Unidos formalizaram suas críticas a esse item, defendendo o ataque colombiano como ato de legítima defesa, e ficaram satisfeitos com o trecho da resolução em que os países da organização se colocam sob “o firme compromisso de todos os Estados membros em combater as ameaças de segurança provenientes da ação de grupos irregulares e organizações criminosas”.

Um ataque do imperialismo contra as Farc

É um erro tratar dessa questão como um mero conflito entre países sulamericanos. Foi amplamente noticiada a operação que matou Reys: os Estados Unidos captaram um sinal de telefone via satélite e a partir dessa localização houve o ataque com aviões tucanos brasileiros e helicópteros Blackhawk norte-americanos. Após o ataque aéreo, soldados entraram no acampamento e ainda mataram mais alguns, restando poucas mulheres sobreviventes.

Não importa se os pilotos dos helicópteros eram norte-americanos ou não, o fato é que a operação foi dirigida pelos Estados Unidos do começo ao fim,



Os governos nacionais da América Latina se mostram incapazes de enfrentar o imperialismo.

com equipamento bélico fornecido e financiado pelos EUA, que injetaram no ano passado 7,6 bilhões de dólares em ajuda ao governo Uribe para combater as Farc. O volume do apoio de Washington a Caracas torna minúsculo qualquer apoio econômico de Chavez ou Correa às Farc.

Trata-se de um ataque dos EUA às Farc. É preciso rechaçar o intervencionismo ianque no continente, não importa quem ele ataque.

A impotência do nacionalismo burguês

O episódio mostrou a fraqueza dos governos autoproclamados de “socialistas do século XXI”: Chávez, Correa, Morales. Diante de uma violação aberta de soberania de um país, inclusive reconhecida pelo autor, os governos nacionalistas se limitaram a mover alguns tanques de lugar e a xingar seu colega marionete do imperialismo ianque, o presidente da Colômbia. O exército do Equador, completamente sucateado, revelou-se incapaz de zelar pela própria fronteira do país. O exército de Chávez não faz frente ao de Uribe, armado e treinado pelos EUA. Da Bolívia sequer se ouviu falar. Todos se calaram diante da potência militar dos Estados Unidos. Sequer conseguiram colocar numa resolução formal a palavra “condenar” a incursão colombiana no Equador. E ainda se con-

fessaram inimigos de todos os grupos irregulares ou organizações criminosas, como pleiteou Washington para atacar mais uma vez as Farc, uma organização guerrilheira nacionalista.

A necessária luta antiimperialista

A violação das fronteiras do Equador pela Colômbia, sob ordens dos Estados Unidos, demonstra que o imperialismo atua por cima dos Estados nacionais da América Latina. A OEA serviu de palco para declarações formais de respeito às leis internacionais de soberania, mostrando-se incapaz de condenar o verdadeiro invasor – os Estados Unidos. Está aí exposta a submissão aos ditames do imperialismo, que por meio do Plano Colômbia internacionalizou a crise interna da Colômbia. Somente a luta antiimperialista séria e conseqüente pode defender a autodeterminação dos povos e a soberania contra o domínio das potências. Mas a luta antiimperialista não será travada por Chávez e seus aliados nacionalistas. O proletariado, com seu programa revolucionário, é a única classe capaz de combater os ataques dos Estados Unidos. O atraso em construir seu partido prejudica a luta antiimperialista que unirá a maioria oprimida contra o grande capital. A tarefa que se coloca é a de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

A “visita” de Condoleezza Rice ao Brasil

Depois da Colômbia bombardear de madrugada um acampamento das FARC e matar 27 guerrilheiros, entre eles Raúl Reyes, depois de abrir uma crise diplomática entre Colômbia e Equador, depois da OEA reconciliar as partes com um pedido formal de desculpas pelo governo colombiano, aí então a sorridente Condoleezza Rice chega ao Brasil para dizer o que deve ser feito contra as Farc e contra o governo da Venezuela, Hugo Chávez.

Assim que se instalou a crise, Brasil, Argentina e Chile correram a resolvê-la com a bandeira de pedido de desculpa por parte de Álvaro Uribe e promessa de que não mais violaria as fronteiras equatorianas. A mortandade já estava feita, caberia então negociar uma saída “honrosa” de Rafael Correa. A Colômbia apresentou um tal de laptop que comprometia Chávez e Correa. Acusação daqui e de lá terminou em abraços e apertos de mão na reunião da OEA. Mas ficou evidente que nada foi resolvido. De um lado, está a proposta de Chávez de que se reconheçam as FARC como uma força beligerante e, de outro, Uribe que exige o reconhecimento das FARC como terrorista. A de Chávez reabre a tentativa de retomada de negociações entre governo e guerrilheiros, com a possibilidade das FARC virem a se legalizar. A de Uribe pressupõe o esmagamento militar dos oponentes.

Frente a esse quadro, que teve como antecedente o episódio de libertação de reféns, o governo brasileiro chegou à conclusão de que as FARC se tornaram um problema regional, antes tido como conflito interno à Colômbia. O chanceler Celso Amorim, em audiência da Comissão de Relações Exteriores do Senado, oficializou essa nova visão do conflito. O que quer dizer que a OEA deve intervir por cima das fronteiras nacionais que envolvem a guerra interna à Colômbia. Em



última instância, chegar-se-á à exigência de todos os países fronteiriços combatem os guerrilheiros caso estes utilizem seus territórios como espaço de fuga.

Mas aí entra Condoleezza Rice. Traz a mensagem de Bush de que todos devem considerar as FARC como terrorista e que não se pode conservar o conceito de inviolabilidade das fronteiras nacionais. Os Estados Unidos defenderam a violação da soberania do Equador ao apoiarem o ataque militar às FARC. Ficaram de fora da OEA na discussão do assunto, como se estivessem apenas apoiando Uribe como simples observador. Assim, os acontecimentos foram falseados. O que foi bom para a demagogia da OEA em torno da defesa do princípio da soberania. Agora, por cima de todos os governos, Condoleezza Rice faz a investida de que é hora

de assumirem não simplesmente a regionalização do embate mas também a internacionalização. Ou seja, os Estados Unidos ditam as condições e regras da guerra às FARC por meio do Plano Colômbia. É com bilhões de dólares, armamento sofisticado, treinamento especial e voz de comando às Forças Armadas colombianas que se espera esmagar a guerrilha. Se tudo isso não basta porque as FARC se movimentam livremente sob a proteção da floresta, então aqueles países que não fecharem suas fronteiras deverão sofrer a violação de sua soberania.

Condoleezza desconhece assim as críticas de que a Colômbia violou a soberania do Equador. Ocorre que Uribe não enviaria uma máquina de guerra ao território vizinho se não fosse sob orientação dos Estados Unidos. Quem violou a soberania dos equatorianos, em primeiro lugar, foram os Estados Unidos. O ataque e assassinato dos guerrilheiros que dormiam às três da manhã em solo do Equador concretizou a posição internacional do imperialismo norte-americano de que não há inviolabilidade de fronteiras. Está aí por que o primeiro agressor a ser condenado são os Estados Unidos. Como a OEA fez que não sabe da existência do mandante, o mandante se fez ver que manda às favas a declaração da OEA sobre a soberania do Equador.

Não resta dúvida, para quem quer ver, que se trata de defender a soberania e a autodeterminação dos povos. Colômbia não invadiria a fronteira equatoriana se seu Estado não estivesse sob controle e proteção dos Estados Unidos. Se não fosse a atuação dos Estados Unidos por cima das fronteiras da Colômbia, a guerrilha seria um problema interno deste país. A Colômbia dificilmente afrontaria o Equador, a não ser como ato de guerra declarado ao vizinho.